

**A COMPLEMENTAÇÃO BITRANSITIVA E A EXPRESSÃO DO OBJETO  
INDIRETO – ESTUDOS DO PORTUGUÊS CULTO FALADO EM BELÉM EM  
COTEJO COM OUTRAS VARIEDADES**

**THE BITRANSITIVE COMPLEMENTATION AND THE EXPRESSION OF  
INDIRECT OBJECT - PORTUGUESE SPOKEN IN BELÉM STUDIES IN  
COMPARISON WITH OTHER VARIETIES**

Ednalvo Apóstolo Campos<sup>6</sup>

**Resumo:** Os complementos preposicionados dos verbos bitransitivos (semanticamente interpretados como verbos de transferência e movimento) tradicionalmente costumam ser classificados como objetos indiretos. No entanto, esses complementos têm natureza diversa; de um lado há os argumentos que recebem o caso dativo – os dativos prototípicos – (identificados pela morfologia e semântica próprias) e, de outro, os argumentos que recebem o caso oblíquo (também com semântica e morfologia próprias). Estão diretamente relacionados nesse quadro o papel semântico das preposições (*a, para, de, em* etc) bem como os pronomes pessoais que substituem os sintagmas preposicionados (SPs) complementos dos verbos bitransitivos. A expressão desses complementos em língua portuguesa, quer por meio de SPs, quer na versão pronominalizada, apresenta diferença considerável nas variedades portuguesa e brasileira. Em se tratando do argumento com o caso dativo, no PE, ele será encabeçado obrigatoriamente pela preposição ‘a’ e, na 3<sup>a</sup>. pessoa, pronominalizado pelo clítico ‘lhe’; já no PB, ocorre variação quanto ao uso da preposição ‘a’ ou ‘para’ com o licenciamento das formas pronominais tônicas preposicionadas: ‘a ele(a)’ ou ‘para ele(a).

**Palavras-chave:** Complementação verbal. Objeto indireto. Dativo. Complemento oblíquo.

**Summary:** The prepositional complements of bitransitives verbs (semantically interpreted as transfer and movement verbs) often traditionally be classified as indirect objects. However, these supplements have different nature; on one side there are the arguments that receive the dative case - the prototypical datives - (identified by its own morphology and semantics) and on the other, the arguments given the oblique case (also with its own semantics and morphology). They are directly related in this context the semantic role of prepositions (to, to, from, in, etc.) as well as the personal pronouns that replace the (SPs) complements of bitransitives verbs. The expression of these supplements in Portuguese, either by SPs, either in pronominalized version presents in a considerable difference in the Portuguese and Brazilian varieties. In the case of the argument with the dative case in PE, it will be headed by the preposition must 'a' and the 3rd. person, pronominalizado the clitic 'you'; already in PB, there is variation in the use of the preposition 'to' or 'for' with the licensing forms of pronouns tonics preposicionadas' to it (a) 'or' to it (a).

**Keywords:** Verbal Complementation. Indirect object. Dative. Oblique complement.

---

<sup>6</sup> Professor Assistente IV da Universidade do Estado do Pará. Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. E-mail: [ednalvoc@yahoo.com](mailto:ednalvoc@yahoo.com)

## 1. Introdução

Neste texto apresento um breve estudo do complemento dativo na variedade de Português Culto falada em Belém. Foram observados: a complementação de verbos transitivos (semanticamente interpretados como verbos de transferência e movimento), o emprego das preposições ‘a’ e ‘para’ (além de outras como ‘de’, ‘em’ e ‘com’); a oposição dativo *versus* complemento oblíquo; o emprego do clítico ‘lhe’ como dativo anafórico e ainda um estudo referente aos traços gramaticais (funcional/lexical) das preposições que introduzem sintagmas complementos preposicionados. No entanto, para as finalidades deste texto, vou-me restringir ao emprego das preposições que encabeçam os complementos verbais dativos, bem como o seu estatuto como complemento prototipicamente dativo ou oblíquo face à natureza semântica dos mesmos.

A abordagem do complemento dativo nas gramáticas não é unânime, a razão disto, aliás, está na compreensão que elas têm do que se entende por dativo ou, simplesmente, objeto indireto. Inicialmente, porém, é preciso deixar claro que os termos dativo e objeto indireto (OI, daqui em diante) nem sempre são sinônimos, mas, geralmente, estão, na classificação tradicional, abrigados sob o rótulo de OI, os complementos introduzidos por preposição, de um modo geral. No entanto, como se verá adiante, esses complementos têm especificidades que requerem que eles sejam tratados distintamente. Logo, utilizarei o termo dativo como sinônimo de OI e complemento oblíquo para aqueles não dativos. Desse modo, há, de um lado, (i) as gramáticas que tratam os complementos verbais preposicionados (e introduzidos por qualquer que seja a preposição: *a, de, para, com* etc), tais como Cunha & Cintra (1985); Almeida (1999) e Neves (2000) entre outros; e, de outro lado, (ii) aquelas que fazem distinção entre um complemento objeto indireto – tipicamente dativo – e demais complementos preposicionados, recebendo nomeações distintas como *complemento oblíquo* (Mateus *et alii*, 2003), *complemento relativo* (Bechara, 2009) ou ainda como *complementos relativo e circunstancial* (Rocha Lima, 2007).

A razão para a distinção entre esses complementos preposicionados é tanto morfossintática quanto semântica e por trás dessa assunção está a noção de ‘Caso Sintático’. Os autores que fazem tal separação levam em conta a natureza da preposição que encabeça o sintagma preposicionado. Assim, o sintagma preposicionado será um complemento dativo quando o mesmo for de natureza [+humano ou +animado], introduzido pela preposição funcional ‘a’ com papel semântico *fonte* ou *meta* e comutável pelo pronome ‘lhe’ (cf. Bechara

(2009), Mateus *et alii* (2003) e Rocha Lima (2007)); será um complemento oblíquo quando introduzido pelas preposições ‘a’, ‘de’, ‘em’, ‘com’ e ‘para’ com estatuto lexical, cumprindo papéis semânticos do tipo: *tempo*, *locativo*, *companhia* etc. Nesses casos, o complemento oblíquo recebe também o rótulo de *complemento relativo* ou *circunstancial* (cf. Bechara (2009, p. 419) e Rocha Lima (2007)). Sintaticamente, é a preposição funcional que atribuirá o caso dativo ao seu complemento e a preposição lexical, o caso oblíquo.

Nesse aspecto, um outro fator ainda precisa ser considerado, pois não é apenas o tratamento divergente dado pelas gramáticas quanto ao conceito ou classificação do OI que se deve considerar, mas ainda a variação decorrente das diferenças encontradas no Português Brasileiro (daqui em diante, PB) e no Português Europeu (daqui em diante, PE) quanto à morfossintaxe e à semântica dos complementos OI. A esse fato, cabem alguns questionamentos: a variação constatada a partir do uso das preposições ‘a’ e ‘para’ nos complementos dativos relativamente ao PE e ao PB leva a uma mudança sintática no PB? De que forma? E mais: O estatuto da preposição que encabeça o complemento dativo, obrigatoriamente funcional no PE, mas (normalmente) lexical no PB (com o uso de *para*) ainda permite classificar o mesmo complemento em PB como dativo prototípico? Por que não tratar os complementos dativos do PB como oblíquos, de modo geral? Volto a estas questões no decorrer do texto.

Nas seções a seguir, abordo o valor semântico do complemento dativo e oblíquo; os diferentes usos desses complementos no PB e no PE; o emprego do pronome dativo ‘lhe’ e, finalmente, apresento algumas sentenças recolhidas na mídia televisiva em Belém.

## **2. Os Conceitos de Complemento Dativo e de Complemento Oblíquo nas gramáticas de Bechara (2009), Mateus et alii (2003) e Rocha Lima (2007)**

A classificação do complemento OI em Bechara (2009) é bastante singular e destoa-se das classificações tradicionais, pois o autor utiliza os critérios formal e semântico para distinguir o objeto indireto, apontando as seguintes características:

- (i) é introduzido apenas pela preposição *a* (raramente *para*);
- (ii) o signo léxico denota um ser animado ou concebido como tal;
- (iii) expressa o significado gramatical “beneficiário”, “destinatário”;
- (iv) é comutável pelo pronome pessoal objetivo ‘lhe / lhes’.

(v) a possibilidade de, o pronome ‘lhe’, poder duplicar o complemento indireto na mesma oração, sem a obrigatoriedade de topicalização do OI.

Consoante às características de (i) a (iv) mencionadas acima, Bechara (op. cit.), apresenta os exemplos (1a, b)<sup>7</sup> e para a característica (v), o exemplo (2):

- (1) a. Enviaram o presente *à aniversariante* / Enviaram-*lhe* o presente  
 b. O diretor escreveu cartas *aos pais* / O diretor escreveu-*lhes* cartas
- (2) a. Sempre *lhe* dei *ao aluno* muita atenção  
 b. *Ao aluno* sempre *lhe* dei muita atenção

As características apresentadas acima irão distinguir, para o autor, o objeto indireto do complemento relativo. A característica (i) define a morfologia dativa, assumindo o traço funcional da preposição que, esvaziada semanticamente, tem unicamente a função de atribuir o caso dativo. As características (ii) a (iv) também definem semântica e sintaticamente o complemento dativo, restringindo-o à obrigatoriedade do traço ‘animacidade’ e ‘destinatário’ e, principalmente, o recurso sintático da pronominalização em ‘lhe’. Os complementos de natureza avessa a essas características, como já mencionado, são classificados por Bechara como *complementos relativos* e, nesse caso, a preposição que os encabeça será lexical, constituindo, nas palavras do autor, “uma extensão do signo léxico verbal” e expressando noções ligadas a sintagmas preposicionais locativos, situacionais e direcionais. Assim, em (3), abaixo, o complemento encabeçado pela preposição ‘em’ tem traço semântico [-animado] e expressa significado gramatical *locativo*, não pode, por tais razões, ser comutável pelo pronome ‘lhe’ nem classificado como OI – o dativo prototípico –, mas como *complemento relativo*.

- (3) a. O professor colocou o livro *na estante*.  
 b. \*O professor colocou-*lhe* o livro

Bechara (2009) reforça a argumentação a favor da preposição ‘a’ como introdutora do objeto indireto ao considerar os seguintes exemplos<sup>8</sup>:

- (4) Alguns alunos compraram flores *para a professora*

<sup>7</sup> Bechara (2009, p. 422); dados renumerados.

<sup>8</sup> Bechara (2009, p. 423); dados renumerados.

(5) Alguns alunos compraram flores *ao florista* para a professora

em (4), nas palavras de Bechara, o sintagma [*para a professora*] não introduz o termo que funcionaria como OI, e a prova disso está na possibilidade de aparecer um outro SP na sentença que funciona como OI ‘ao florista’ – conforme (5). A pronominalização do SP só pode ocorrer com o sintagma [*ao florista*], conforme (6); por esta razão, (7) seria agramatical:

(6) Alguns alunos compraram-*lhe* flores para a professora.

(7) \*Alguns alunos compraram-*lhe* ao florista.

A argumentação de Bechara (2009) sobre o fato de o SP [*para a professora*] não ser o objeto indireto da sentença (4) é satisfatória, pois como se pode ver em (5), o verbo de ‘três lugares’ ‘comprar’ tem seus três argumentos preenchidos (o argumento externo (sujeito) e os dois argumentos internos (objetos direto e indireto)), sobrando para o sintagma preposicionado [*para a professora*] (em (5)) somente a função de adjunto adverbial. No entanto, para falantes de português brasileiro, essa é uma construção pouco compreensível e a explicação para isso está no traço semântico dos SPs complementos indiretos que têm valores diferentes nas duas línguas. Em outras palavras, a preposição ‘a’ em PE tanto pode ter o traço semântico *Alvo* quanto *Fonte*, assim, o SP [*ao florista*] – aquele que forneceu, o vendedor – tem traço semântico *Fonte* e o sintagma adjunto [*para a professora*], por conta da preposição que o encabeça, será o *Beneficiário*<sup>9</sup> – com traço e função semânticas distintas. Já em PB, é a preposição ‘de’ que tem o traço semântico *Fonte*, por isso ‘traduzindo’ a sentença (5) de Bechara para o PB, ela ficaria como (8):

(8) Alguns alunos compraram flores *do florista* para a professora

Os papéis semânticos expressos pelos complementos preposicionados estão no centro da classificação do complemento verbal em *A Gramática da Língua Portuguesa*, de Mateus *et alii* (2003). Trata-se de um estudo descritivo da língua portuguesa falada em Portugal, no âmbito da Gramática Gerativa. Nessa gramática, o quadro de investigação do complemento verbal,

<sup>9</sup> Segundo Torres Morais & Berlinck (2007, p.73), no PE as construções transitivas ou ditransitivas preposicionadas, como no caso da preposição ‘para’ com verbos como *enviar*, *levar* + SP com traço [+animado], só são possíveis nos casos em que a *transferência material* é indireta, podendo obter a seguinte interpretação: *O José enviou/entregou ao João uma carta para o Pedro*, ou seja, *enviou, entregou-lhe (ao João) uma carta para que este a entregasse ao Pedro*. Essa interpretação é aproximável a: *Ele deu ao Paulo uma carta para o José*.

caracteriza-se como uma referência ao português europeu e é aí que se pode verificar, no contexto dos complementos de verbos bitransitivos, as (muitas) distinções entre o PE e o PB.

Tal como Bechara (2009), Mateus et alii (2003, p. 289) define as propriedades típicas do objeto indireto a partir de critérios formais, conforme os itens (i), (ii) e (iii):

- (i) O constituinte OI caracteriza-se por exercer relação gramatical central e por ser tipicamente o argumento interno de verbos de dois ou três lugares com papel semântico de ‘Alvo’ ou ‘Fonte’:<sup>10</sup>

(9) a. O João ofereceu um CD [*ao Pedro*] (=Alvo)

b. João comprou esse livro raro [*a um alfarrabista do Porto*] (=Fonte)

- (ii) ser um argumento [+animado]

o que se pode verificar nos complementos [*ao Pedro*] e [*a um alfarrabista do Porto*] dos exemplos (9a,b) mencionados acima.

- (iii) apresentar a forma dativa da flexão casual, quando for um pronome pessoal, conforme exemplo (10), abaixo<sup>11</sup>:

(10) a. O miúdo deu [o brinquedo]<sub>OD</sub> [*ao amigo*]<sub>OI</sub>

b. O miúdo deu-*[lhe]*<sub>OI</sub> [o brinquedo]<sub>OD</sub>

Finalmente, Rocha Lima (2007) em sua Gramática Normativa da Língua Portuguesa descreve o complemento OI como “ser animado a que se dirige ou destina a ação ou estado que o processo verbal expressa” e, igualmente a Bechara (2009) e Mateus et alii (2003), caracteriza-o morfologicamente pelo emprego da preposição ‘a’ (às vezes ‘para’) e pela correspondência às formas nominais átonas ‘lhe’/‘lhes’ na terceira pessoa. Em sua classificação, Rocha Lima, assim como Bechara (2009), introduz ao estudo do complemento verbal o complemento ‘relativo’ e refina esse conceito com o de ‘complemento circunstancial’.

Para Rocha Lima o complemento relativo liga-se ao verbo por uma preposição determinada (*a, com, de, em, etc.*) e distingue-se do objeto indireto “*por não representar a pessoa ou coisa a que se destina a ação, ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza*” e por

<sup>10</sup> Mateus et alii (2003, p. 289); dados renumerados.

<sup>11</sup> Mateus et alii (2003, p. 289); dados renumerados.

não corresponder na terceira pessoa às formas pronominais átonas *lhe/lhes*, mas às formas tônicas *ele, ela, eles, elas*. Em outras palavras, Rocha Lima (2007) distingue o complemento relativo do objeto indireto pelo traço [+animado].

Já o complemento circunstancial é de natureza adverbial, mas indispensável tanto quanto o objeto indireto e o complemento relativo. Os exemplos (12) abaixo, referem-se a complementos circunstanciais. Todos eles expressam o valor semântico de locativo<sup>12</sup>:

- (12) a. Morar *em Paraná*  
 b. Estar *à janela*  
 c. Ter alguém *ao colo*

Após a resenha da descrição do objeto indireto nas gramáticas de Bechara (2009), Mateus *et alii* (2003) e Rocha Lima (2007), se faz necessário passar à expressão do complemento no português brasileiro, pois, o PB apresenta variação na expressão do OI relativamente à tipologia descrita acima não apenas em relação ao uso da preposição que encabeça argumentos OI, mas quanto às estratégias de pronominalização em ‘*lhe*’ – aliás as pesquisas (ver Torres Morais & Berlinck, 2006, entre outros) têm demonstrado o franco desaparecimento do pronome pessoal de terceira pessoa ‘*lhe*’ e sua recategorização como pronome de segunda. Na expressão da terceira pessoa, em lugar de ‘*lhe*’, o português brasileiro prefere a construção com o pronome tônico preposicionado ‘*a ele/a ela*’ ou ‘*para ele/ela*’. A variação também não se restringe apenas à terceira pessoa, mas às demais, como se pode ver no exemplo extraído de Torres Morais & Berlinck (2006, p. 22) abaixo:

- (13) O Kumon *dá* um belo apoio *para nós*, orientadoras, o material é programado e de excelente qualidade e estamos sempre nos reciclando. (*Cláudia*, 02/1997)

Em estudo sobre a caracterização do OI, Torres Morais & Berlinck (2006, 2007, 2009), fazem um levantamento das propriedades dessa categoria gramatical no contexto dos verbos bitransitivos ou ditransitivos (semanticamente interpretados como verbos de transferência e movimento). Elas consideram que, no PB, com a implementação de mudanças sintáticas e semânticas (mudança da preposição ‘*a*’ por ‘*para*’ e emprego dos anafóricos tônicos ‘*a/para ele/ela*’) ocorre a perda da marcação morfológica de caso e conseqüentemente o desaparecimento de ‘*lhe*’. Por outro lado, como lembram as autoras, na escrita mais formal a

<sup>12</sup> Rocha Lima (2007, p. 252); dado renumerado.

forma ‘lhe’ continua sendo produtiva no PB nos seus diferentes significados (*possessivo, locativo e beneficiário*), conforme (14)<sup>13</sup>:

- (14) a. Segundo os veterinários, restava-*lhe*, no máximo um mês de vida. (*Veja*, 06/10/00).  
 b. ...que a boa solução para a Rocinha seria atirar-*lhe* uma bomba atômica (*Veja*, 19/01/00).  
 c. Que todos os políticos se acotovelaram na ânsia de beijar-*lhe* o anel... (*Veja*, 06/10/00).

Nas seção seguinte, abordo algumas diferenças entre o PE e o PB relativamente ao uso do pronome clítico ‘lhe’, bem como da possibilidade da construção de *redobro do clítico*, restrita ao PE.

### 3. Algumas considerações sobre o OI no PB e PE e sobre o clítico *lhe*

A utilização dos pronomes é um aspecto bastante interessante no português brasileiro porque atesta uma das mais significativas mudanças em relação ao português europeu. As diferenças na sintaxe pronominal entre o PE e o PB trazem revelações consideráveis, visto que é diferente o estatuto atribuído por falantes brasileiros e portugueses a enunciados aparentemente idênticos. O licenciamento das formas pronominais tônicas ‘a ele’ no PE são construções com *redobro* obrigatório *do clítico*, ao contrário do PB<sup>14</sup>.

- (15) a. Dei-*lhe* o livro *a ela* (PE/\*PB)  
 b. Dei o livro *a ela* (PB / \*PE)

Além de construções com o *redobro do clítico* obrigatório, o uso das formas pronominais tônicas no PE está condicionado a interpretações contrastivas ou enfáticas (conf. Torres Morais & Berlinck (2006, p. 9):

- (16) Enviei o livro *a ele*, não a seu irmão

Quanto às formas pronominais átonas é interessante notar que a língua portuguesa criou um paradigma que distingue a 3ª. pessoa da 1ª. e 2ª. Sobre isso, chamo Freire (2005), que chamou a atenção para a distinção que o português padrão estabeleceu:

*Na primeira e na segunda pessoas, os clíticos me, te, nos e vos desempenham as funções acusativa, dativa e reflexiva, enquanto há*

<sup>13</sup> Exemplos retirados de Torres Morais & Berlinck (2006, p. 10, nota 15 do rodapé).

<sup>14</sup> Torres Morais & Berlinck (2006, p. 6); dados renumerados.



*uma especialização na terceira pessoa: o e flexões para a função acusativa; lhe e flexão para a função dativa; se para a função reflexiva<sup>15</sup>. (Freire, 2005, p. 19)*

O uso das formas pronominais observadas por Freire (2005) são referentes ao português padrão. Em PB, os clíticos de terceira pessoa na função acusativa (*o, a, os, as*) e dativa (*lhe, lhes*) são normalmente empregados na linguagem culta mais formal. Diversos estudos atestam que esses clíticos não fazem parte da gramática das crianças e são aprendidos em contextos de escolarização (conf. Berlinck (2001a), Freire (2000), etc.).

O estudo de Freire (2005) sobre a modalidade escrita mostra que, no PB, o uso dos clíticos em função acusativa é expressivo somente em eventos de comunicação marcados com o traço [+letramento] e preferencialmente em contexto de ênclise ao infinitivo<sup>16</sup>:

(17) Mas ao mesmo tempo ela pode valorizar outras realidades ao mostrá-las... (PB: Revista *Domingo do Jornal do Brasil*, 06.06.1999 - Entrevista)

Em relação à função dativa também ocorre somente em contextos de letramento ‘extremo’ e a implementação de estratégias alternativas à variante prescrita pela tradição na escrita.

Freire (op. cit.) aponta o vasto emprego de ‘lhe’ tanto na função acusativa de 2ª. pessoa quanto dativa, concorrendo com a forma ‘te’, conforme o exemplo abaixo<sup>17</sup>:

(19) Doc.: Vamos falar sobre jogos, o senhor assiste jogo?

Loc.: Olha eu, como eu lhe disse, assisto tudo, sou fã incondicional de futebol.

Freire (2005) argumenta que esse uso de ‘lhe’ em lugar de ‘te’ pode ter explicação com a entrada do pronome de segunda pessoa ‘você’ no quadro pronominal do PB:

Outros pesquisadores (conforme Kato (2001); Figueiredo e Silva (2007), entre outros) também argumentam que a ocorrência de ‘lhe’ em contextos onde normalmente se emprega ‘te’ constitui-se marca de formalidade, ou seja, o uso de ‘te’ denota um grau de intimidade entre os interlocutores e, por conta disso, o falante, que já não tem muita intimidade com o clítico ‘o’ passa a empregar o ‘lhe’.

<sup>15</sup> Grifo nosso.

<sup>16</sup> Freire (2005, p. 119); dado renumerado.

<sup>17</sup> Freire (2005, p. 27); dado renumerado.

Na cidade de Belém é muito produtivo o emprego do pronome ‘lhe’, mas é bem provável que esse uso não esteja ocorrendo conforme o português europeu (diretamente ligado à expressão do objeto indireto), conforme ocorre em outras regiões do Brasil.

#### 4. Mais algumas palavras sobre a complementação dativa e oblíqua

Como já mencionado, a literatura que contempla estudos sobre complementação nem sempre costuma tratar de modo transparente a diferença entre os argumentos preposicionados. Nas seções anteriores, verificou-se que: Almeida (1999) e Cunha & Cintra (1985) distinguem apenas dois tipos de complementos – o objeto direto e o objeto indireto; (ii) Bechara (2009), Rocha Lima (2007) e Mateus *et alii* (2003) costumam distinguir além dos complementos objetos diretos e indiretos, complementos oblíquos: complementos relativos e/ou circunstanciais. Em outros estudos fica obliterada essa oposição, o argumento preposicionado é caracterizado simplesmente como complemento oblíquo (Mioto *et alii*, 2005).

Nesta seção faço uma síntese das características do OI:

- a) o OI pode ser expresso através de um sintagma introduzido pela preposição ‘a’ ou pela forma pronominal cliticizada: *me, te, lhe*;
- b) a alternância entre a forma pronominal dativa e o SD (sintagma determinante) introduzido pela preposição ‘a’ possibilita distinguir complementos de verbos como *dar, oferecer* introduzidos pela preposição ‘a’ de complementos como *gostar, assistir* introduzidos por diferentes preposições inclusive ‘a’.
- c) o argumento dativo assume uma marcação especial de caso e sua identificação se realiza: por meio dos sintagmas introduzidos por ‘a’, nas expressões ‘a ele/ a eles / a ela / a elas’, nas formas pronominais de terceira pessoa ‘lhe/lhes’ e por meio do fenômeno do redobro do clítico (no PE).

Para Mateus *et alii* (2003), o complemento preposicionado tem o traço [+animado] ou é interpretado como tal. Todavia, certos predicadores de dois lugares (obedecer, sobreviver) podem selecionar o objeto indireto [-animado]. Mateus *et alii* (op. cit.) propõem uma distinção entre *relações gramaticais oblíquas* e a *relação gramatical de objeto indireto* – ambas introduzidas por preposição. Denominam ditransitivos aos verbos que selecionam um argumento externo, um argumento interno com a relação gramatical de objeto direto e um argumento interno preposicionado com a relação gramatical de objeto indireto; transitivos de três lugares (bitransitivos) aos verbos que selecionam um argumento externo, um argumento interno com a relação gramatical de objeto direto e um argumento preposicionado ou adverbial

com a relação gramatical oblíqua. Em outras palavras, as autoras propõem a distinção entre ditransitivos (que selecionam argumentos dativos) e bitransitivos ou oblíquos (que selecionam argumentos preposicionados oblíquos ou relativos).

As relações oblíquas são estabelecidas por complementos relativos ou simplesmente oblíquos, a partir da natureza do predicado verbal e expressam uma grande variedade de relações semânticas: *Istrumento, Comitativo, Beneficiário, Tempo, Duração, Freqüência, Locativo, Situacional, Direcional, Causa, Fim, Companhia*, conforme exemplos abaixo<sup>18</sup>:

- (20) a. Ele partilhou o almoço *com o amigo (companhia)*  
 b. O helicóptero transportou os feridos *para o hospital (direcional)*  
 c. O caixa depositou o dinheiro *no cofre (locativo)*

Na classificação de Mateus *et alii* (2003), a distinção entre o objeto indireto e o complemento oblíquo toma maior transparência, pois o objeto indireto é tipicamente um “argumento dativo” e o complemento/adjunto oblíquo abarca um leque de funções semânticas, regidos por uma preposição – os verbos que determinam o esquema oblíquo são em geral verbos que selecionam a preposição.

Os complementos oblíquos não aceitam a substituição pelo clítico ‘lhe’, mas podem ser pronominalizados pelas formas tônicas *ele(s), ela(s)*. Já os verbos como (chegar, ir, vir, viver, morar) selecionam oblíquos que podem ser comutados por advérbio de lugar.

Segundo Mateus *et alii* (2003), um dos testes para identificação do OI é justamente substituir o sintagma preposicionado pela forma dativa do pronome pessoal ‘lhe’:

- (21) a. O João deu o livro *para a Maria*  
 b. O João deu-*lhe* o livro  
 (22) a. O João pôs o livro na estante  
 b. \*O João pôs-*lhe* o livro

A agramaticalidade de (22B) corrobora o teste da substituição pelo clítico ‘lhe’ apontado na literatura, pois, em (22a) há uma estrutura cujo complemento não apresenta os traços de um dativo, mas de complemento oblíquo (ou relativo) e, portanto, não é possível a sua substituição pelo clítico ‘lhe’.

<sup>18</sup> Mateus *et alii* (2003, p. 297); dados reenumerados.

Sobre as diferenças constatadas na classificação dos complementos dativos e oblíquos, elaborou-se as tabelas (1) e (2) abaixo, onde se apresenta em forma de resumo as noções sintáticas e semânticas que caracterizam esses complementos. Alguns estudos, no entanto, divergem dessa síntese em alguns aspectos, principalmente no que tange à preposição que encabeça o complemento dativo – um deles é a tipologia dativa proposta por Berlinck (1996), que apresento na próxima seção.

Tabela 1 - Relações sintáticas dos complementos dativo e oblíquo<sup>20</sup>.

<b>Dativo</b>	<b>Oblíquo</b>
introduzido pela preposição <i>a</i> (às vezes <i>para</i> )	introduzido pelas preposições <i>a, para, de, com, em</i> .
a preposição <i>a</i> possui estatuto gramatical/funcional quando se trata de <i>construção de objeto duplo</i> (pronominalizada por <i>lhe</i> ) e lexical quando se trata de <i>construção ditransitiva preposicionada</i> , (conf. Torres Moraes & Berlinck, 2007)	as preposições oblíquas normalmente são lexicais <sup>19</sup> .
pode ser pronominalizado por <i>lhe/lhes</i> .	não pode ser pronominalizado por <i>lhe/lhes</i> mas pelas formas tônicas <i>ele(s)/ela(s)</i> acompanhadas da preposição ( <i>a</i> )
relação gramatical dativa.	relação gramatical oblíqua

Tabela 2 - Relações semânticas dos complementos dativo e oblíquo<sup>21</sup>.

<b>Dativo</b>	<b>Oblíquo</b>
possui papéis semânticos de <i>Meta/Alvo - Fonte/Origem</i>	expressa relações semânticas de <i>instrumento, comitativo, beneficiário, tempo, duração, frequência, locativo, situacional, direcional, causal, final</i> .
refere-se geralmente a um objeto com traço [+animado] ou [+humano]	refere-se geralmente a um objeto com traço [-animado]
introduzido pela preposição <i>a</i> = <i>Meta/Alvo - Fonte/Origem</i>	introduzido pelas preposições <i>a, para, de, com, em</i> . (expressando um leque relações semânticas)

<sup>19</sup> Os núcleos lexicais são definidos pela teoria gramatical pela possibilidade que têm de ‘s-selecionar’ (selecionar semanticamente) seus complementos, enquanto os núcleos funcionais apenas os ‘c-selecionam’. Assim, a preposição lexical seleciona um complemento a partir de várias relações semânticas (locativo, companhia, etc.) já a preposição funcional ao selecionar um complemento restringe-se à seleção categorial. Nos complementos dativos, por exemplo, a preposição funcional ‘a’ seleciona um SD e não um SV (*a-DP*, conf. Torres Moraes & Berlinck, 2006), mas o faz somente em relação à categoria.

<sup>20</sup> Tabela retirada de Campos (2010 p.57-58).

<sup>21</sup> Tabela retirada de Campos (2010 p.57-58)

## 5. Uma tipologia para complementos dativos

Nesta seção, apresento, resumidamente, a tipologia proposta por Berlinck (1996) para a descrição de argumentos dativos. A autora baseia-se em vários critérios para identificação do dativo, incluindo os diferentes tipos verbais e construções sintáticas. A tipologia de Berlinck é interessante porque é um estudo bem mais exaustivo e não segue à risca a proposição das gramáticas apresentada na seção anterior. A autora foca nos traços semânticos de *transferência* e *movimento* dos verbos ditransitivos e inclui no rol dos dativos a possibilidade de complementos [-animados].

Berlinck (op. cit.) inclui as preposições ‘para’ e ‘em’ além de ‘a’, na composição do dativo cuja representação da organização sintática da estrutura dativa em língua portuguesa, se pode verificar no ‘esquema’ abaixo:

$$N_0 + V + N_1 + \{a, para, em\} N_2$$

em que  $N_0$  corresponde ao sintagma nominal sujeito;  $V$  ao verbo;  $N_1$  ao sintagma nominal objeto direto e  $N_2$  ao sintagma nominal dativo antecedido das preposições *a*, *para* e *em*.

Berlinck discute a caracterização semântica dos predicadores ditransitivos e os distribui em quatro tipos: (i) *transferência material*; (ii) *transferência verbal e perceptual*; (iii) *movimento físico* e (iv) *movimento abstrato*.

- (i) Transferência material: o conceito de transferência material prototípica é expresso pelo verbo ‘dar’, seguido de: *alugar, atribuir, confiar, devolver, etc.*:

$$(23) \text{ Maria}_{N_0} \text{ deu o livro}_{N_1} \text{ ao João}_{N_2}$$

A transferência material pode ainda ter outra construção (contrária à apresentada no exemplo (23)) onde  $N_1$  em vez de entrar no domínio de posse de  $N_2$ , é retirado desse domínio. Os predicadores dessa composição são: *arrebatar, arrancar, comprar, confiscar, cortar, furtar, roubar, subtrair, tirar, tomar, etc.*, conforme exemplos abaixo<sup>22</sup>:

$$(24) \text{ a. Felipe}_{N_0} \text{ pediu um chocolate}_{N_1} \text{ para o avô}_{N_2}$$

$$\text{ b. Maria}_{N_0} \text{ tomou-lhe}_{N_2} \text{ tudo que tinham}_{N_1}$$

As propriedades da construção de transferência material são descritas por Berlinck como:  $N_0$  [+/-animado] +  $V$  +  $N_1$  [(+)/-animado] + {a, para, de}  $N_2$  [+/-animado] ou seja, um argumento externo (sujeito) [+/-animado] mais o verbo e seus argumentos internos que são o objeto direto [+/-animado] e o dativo [+/-animado] antecedido das preposição ‘a’, ‘para’ ou ‘de’.

<sup>22</sup> Berlinck (1996); dados renumerados.

## (ii) Transferência verbal e perceptual

Os predicadores inclusos nesse grupo não sofrem transferência de entidades concretas, mas somente a transferência abstrata ou o efeito de um ato de comunicação em que  $N_0$  transfere para  $N_2$  a posse de algo conhecido: uma certa idéia ou uma certa percepção –  $N_1$ ; por outro lado, o sentido expresso nessas construções requer  $N_2$  [+animado], conforme exemplo abaixo<sup>23</sup>:

(25)  $\text{Pedro}_{N_0}$  disse para seus colegas $_{N_2}$  que o diretor estava doente $_{N_1}$

O verbo prototípico desse grupo é ‘dizer’, seguido por *aconselhar; anunciar; assegurar; confessar; cantar; ensinar; escrever; falar; jurar; narrar etc.*

## (iii) Movimento físico

O sentido prototípico veiculado nessas construções é um movimento físico de transferência em direção a uma meta/alvo – transferência de  $N_1$  para  $N_2$ . Quando expresso por uma entidade [-animada], o objeto Meta/Alvo tem um significado de ‘locativo’; quando expresso por uma entidade [+animada] tem conotação ‘beneficiário’ em vez da leitura locativa. O verbo que expressa prototipicamente esse movimento é ‘levar’, seguido de: *acrescentar; atirar; conduzir; dirigir; encaminhar; instilar; lançar; pôr; trazer*:<sup>24</sup>

(26) a. No aniversário do amigo levou-*lhe* um livro.

b. Elas *me* trazem esse material todo para ser discutido em aula.

## (iv) Movimento abstrato

Os verbos transitivos deste grupo expressam a idéia de movimento, mas em sentido abstrato. Assim como o grupo de verbos vistos anteriormente, este grupo implica um certo tipo de ‘movimento’ mas não há transferência. Ocorre, em vez disso, uma aproximação abstrata entre uma entidade e um estado, um sentimento, uma idéia ou outra entidade.

O verbo prototípico deste grupo é ‘submeter’, seguido de: *acrescentar; adaptar; conferir; consagrar; dedicar; pôr; sensibilizar; submeter; subordinar; trazer etc.*:<sup>25</sup>

<sup>23</sup> Berlinck (1996, p. 131); dado reenumerado.

<sup>24</sup> Berlinck (1996, p. 132); dados reenumerados.

<sup>25</sup> Berlinck (1996, p. 132); dados reenumerados

- (27) a. Os trabalhos *lhe* foram submetidos ontem.  
 b. A reputação dos astros foi prejudicada pelo amor que os nazis *lhes* dedicaram.

## 6. Uma breve análise

As ocorrências de OI que apresento a seguir foram retiradas do *corpus* utilizado na dissertação de mestrado sobre a expressão dativa em Belém, de Campos (2010). O *corpus* foi composto por cerca de 18 horas de gravações de programas de entrevista televisiva veiculados pela mídia da cidade de Belém, constituindo uma expressão do português culto falado na cidade.

Para efeito de simplificação, apresento os dados a partir das diferentes construções sintáticas: (i) sentenças com construção ditransitiva preposicionada (dativa); (ii) sentenças com construções oblíquas; (iii) sentenças com o clítico dativo e (iv) comparação com os dados do OI na literatura sobre o PB.

### 6.1. Construção ditransitiva preposicionada – preposição ‘a’

Foi atestada uma presença significativa no *corpus* da preposição ‘a’ com complementos de verbos de transferência material: ‘dar’, ‘pedir’; de movimento: ‘levar’ e de transferência verbal não material ‘falar’. As construções ditransitivas preposicionadas ocorrem conforme a língua padrão, seguindo às descrições normativas apresentadas anteriormente (OI [+animado] e encabeçado pela preposição ‘a’). Essa construção é bastante produtiva no *corpus*, conforme se pode ver nas sentenças de (01) a (06).

- (01) ...a governadora anunciou recentemente no fórum paraense de competitividade e nós eh:...[levamos isso **aos deputados**]  
 (02) São empresas [que dão bolsas **aos seus alunos**] exatamente por acreditarem na educação à distância.  
 (03) ...esse é um patrimônio importante um patrimônio público né... [que **possibilita às pessoas** informação]... conhecimento né...  
 (04) ...participe do programa... [faça perguntas **aos nossos convidados**]  
 (05) A ministra Ellen Grace [**pediu** inclusive brevidade **ao ministro**]...

Na sentença (06), diferentemente das sentenças anteriores, o predador ‘dar’ seleciona um SP do tipo [-animado]:

- (06). ... não pode colocar realmente... [**dar** um lado pejorativo **à agressividade**]

## 6.2. Construção ditransitiva preposicionada – preposição ‘para’

Ao lado das sentenças apresentadas acima com a preposição ‘a’, ocorrem construções que alternam com a preposição ‘para’, preposição utilizada com maior frequência pelos falantes brasileiros, segundo a literatura, para a construção dativa no PB. Abaixo, seguem alguns exemplos com as sentenças de (7) a (11):

(07) ...E os cachorros que o senhor cria? (...) E como era... [doavam [Ø<sub>OD</sub>] *pro senhor?*]

Em (07) a predicação é do tipo *transferência material* expressa pelo predicador ‘doar’ e o argumento dativo do tipo [+animado] introduzido pela preposição ‘para’.

(08) Eu queria fazer uma pergunta *para o secretário*

Em (08) ocorre predicação do tipo *transferência verbal/perceptual* introduzida pela preposição ‘para’. A predicação é do tipo complexa (com um verbo modal).

(9) Ela colocou *pra todos os secretários* que aqueles que tivessem pretensão de ser candidato deveriam abandonar antes o prazo pra que as pessoa não pudessem criticar.

Na ocorrência em (9) o predicador ‘colocar’ está sendo utilizado em lugar de ‘dizer’. O predicador seleciona três argumentos: um *agentivo* externo e um SP interno – *Meta* e um argumento interno oracional (objeto direto), expresso por uma sentença encaixada introduzida pelo complementizador ‘que’. Possivelmente a projeção do SP adjacente ao verbo na linearização se dê por razões de o objeto direto ser do tipo ‘pesado’.

(10) Quem apoiava a candidatura da deputada Maria do Carmo era o presidente Berzoini e eu conversei à noite... de sábado... à noite com o presidente do meu partido... [coloquei *pra ele* a situação no Pará]

Na construção dativa preposicionada em (10), ocorre mais uma predicação com ‘colocar’ sendo usado no sentido de ‘falar’.

## 6.3. Construções com ‘lhe’ (dativo)

Nesta seção descrevo as sentenças dativas com o clítico ‘lhe’. As sentenças analisadas com ‘lhe’ ocorreram tanto com verbos ‘discendi’ – verbos de transferência verbal – como ‘falar’, quanto com verbos de transferência material e verbal, como ‘dar’ e ‘levar’. Além das construções ditransitivas, registra-se ainda as ocorrências com verbos transitivos de 2 lugares.



Freire (2005) observa que o uso de ‘lhe’ em referência à terceira pessoa na escrita do Brasil está praticamente condicionado a eventos de comunicação de [+letramento] e aponta outra influência de fator linguístico: os verbos ditransitivos ‘dandi’ – verbos de transferência material como ‘dar’ – foram identificados como os contextos mais propícios à manutenção desse uso.

Além das constatações de Freire (2005) sobre a manutenção de ‘lhe’ com predicadores de transferência material, é importante retornar algumas considerações feitas por Figueiredo e Silva (2007, p.86), quanto o emprego da preposição ‘para’, em lugar de ‘a’:

- (i) a adoção da preposição ‘para’ no PB implica na opção pela estrutura oblíqua, o que justifica a perda do clítico dativo ‘lhe’;
- (ii) no entanto, o apagamento de ‘lhe’ constitui um problema para a ‘hipótese da referencialidade’;
- (iii) hipótese da recategorização de ‘lhe’ e não seu simples apagamento.

A argumentação de Figueiredo e Silva (2007, p. 86) vai contra a hipótese categorial acerca do ‘apagamento de lhe’ – essa justificativa se dá pelo fato de ‘lhe’ exibir o traço [+humano] e, de acordo com a ‘hipótese da referencialidade’ (ver Cyrino, Duarte e Kato, 2000, p. 59), pois quanto mais referencial é o antecedente, maior é a possibilidade de um pronome pleno. Logo, não explica o desaparecimento de ‘lhe’ que, por esta proposta, deveria estar sendo cada vez mais explicitado já que é [+humano]. Para Figueiredo e Silva (op. cit.), o ‘lhe’ está sendo recategorizado, ou seja, está especializando-se na referência à 2ª pessoa para expressar formalidade. Essas considerações são interessantes e é importante tomá-las como parâmetro para a análise das ocorrências com ‘lhe’ em Belém.

Os dados em Belém apresentam ainda alguns (bem poucos) usos de ‘lhe’ referentes à 3ª. pessoa, o que não corrobora integralmente a análise de recategorização de ‘lhe’, nem a perda do dativo em PB (opção pela estrutura oblíqua), observada com a substituição da preposição ‘a’ por ‘para’. Nas sentenças de (11) a (14), abaixo, apresento as únicas ocorrência com o clítico ‘lhe’ com a marcação de caso dativo:

(11) [...] e vêm aquele espaço como mito... [como se não *lhe* pertencesse]... então acho que precisa mudar isso né...

Em (11) acima, o verbo ‘pertencer’ é um verbo de dois lugares. Esse verbo não projeta argumento externo, mas dois argumentos internos, um SD-*Tema* Nulo e um complemento interno do tipo [+humano], substituído pelo clítico dativo ‘lhe’, que, por questões morfossintáticas e fonológicas, tem colocação proclítica ao verbo.

(12) A decisão do governo [que a Constituição Estadual *lhe atribuiu*] da forma como discutir o orçamento (...).

Em (12), o predicador ‘atribuir’ seleciona dois argumentos internos um SD-*Tema* ‘Nulo’ e um SP – *Meta*, substituído por ‘lhe’ e proclítico ao verbo.

(13) ...secretário, vamos esperar agora as perguntas dos telespectadores pro *senhor* né... [eu *lhe* agradeço por ter vindo explicar esse plano] (91)

O predicador ‘agradecer’ é comumente classificado como transitivo (com dois lugares) que seleciona um SN como argumento interno. Quando seleciona um SP, esse complemento preposicionado é, normalmente, [+animado] e classificado como ‘objeto indireto’<sup>26</sup>. Na sentença em (13) acima, o verbo ‘agradecer’ é do tipo transitivo que seleciona um argumento externo *Agente* e um SP-*Meta* que se cliticiza em próclise ao verbo, e, ainda, uma sentença infinita, introduzida pelo SP ‘por’.

(14) [tem um telespectador *lhe* perguntando] sobre aquelas lixeiras seletivas da administração passada acabaram?

Em (14) o predicador ‘perguntar’ seleciona dois argumentos, um externo, com papel temático-*Agente* e um argumento interno do tipo SP com papel temático-*Meta*. Nessa construção o ‘lhe’ dativo insere-se, dentro de uma projeção (complexa) do complemento do núcleo ‘gerúndio’ de uma ‘pequena oração’. O falante poderia ter dito: ‘há um telespectador que lhe pergunta’. Logo, se assim o fizesse, o ‘lhe’ dativo estaria inserido dentro de uma relativa. Mas, diferentemente, opta por uma estrutura inacusativa com pequena oração, tendo por núcleo um sintagma gerundivo<sup>27</sup>.

Desse modo, os dados do português culto falado em Belém, se inseridos no conjunto da descrição do OI em PB, ainda que tenham apresentado alguns usos de ‘lhe’ dativo, mas por conta do baixo número de ocorrências, penso ser válida a afirmação de que os mesmos ratificam o posicionamento de linguistas que afirmam uma ‘ausência’ do ‘lhe’ dativo na gramática dos brasileiros.

#### 6.4. Construções com *lhe* (acusativo)

<sup>26</sup> Na oralidade é comum o uso de *agradecer* com o argumento interno sem preposição, recebendo o caso acusativo.

<sup>27</sup> Análise retirada de Campos (2010, p. 113).

Nesta seção, apresento sentenças com o ‘lhe’ como marcador de caso acusativo. Freire (2005) menciona a concorrência do clítico ‘lhe’ com a forma ‘te’ na realização, tanto do acusativo, quanto do dativo de segunda pessoa. Nos dados analisados encontrei ocorrências de ‘lhe’ acusativo, corroborando Freire (2005). A esse fato, acrescenta-se o que afirma Figueiredo e Silva (2007) sobre construções com ‘lhe’ formal em PB. Observe as sentenças abaixo:

(15) (...) agora professor... [por que que a governadora *lhe* substituiu antes do prazo?]

Na oração (15) o predicador ‘substituir’ é transitivo ou, em outras palavras, um predicador de dois lugares, e não seleciona SP, mas um argumento interno único do tipo SD/SN e argumento externo com traço semântico *Agente* – SD ‘A governadora’. A ocorrência de ‘lhe’ não é dativa, mas acusativa.

(16) Professor... [a imagem do governo petista atual... da governadora Ana Julia vai *lhe* favorecer] ou desfavorecer... qual é a imagem que *o senhor* faz do momento?

Em (16) o predicador ‘favorecer’, empregado no sentido de ‘prestar obséquio a alguém’ ou ‘benefício’, é um verbo de dois lugares que não seleciona argumento externo, mas dois argumentos internos, um SN-*Tema* e um SN-*Experienciador*. Nesta sentença, o clítico ‘lhe’ não ocorre na função dativa, mas acusativa.

No *corpus* ocorrem diversos usos similares a estes com predicadores diversos como: *perdoar, atingir, dever* etc.

### 6.5. A construção oblíqua – CO

A construção oblíqua (CO) adotada, segue Mateus *et alii* (2003), Bechara (2009) e Rocha Lima (2003). No entanto, como as terminologias são diferentes, ou seja, para Bechara e Rocha Lima – *complemento relativo* – e Para Mateus – *complemento oblíquo*, opto pela adoção do termo *complemento oblíquo* para a análise dos dados que apresento abaixo. São complementos oblíquos os SPs do tipo [-animados] e encabeçados pelas preposições ‘a’, ‘para’, ‘com’, ‘de’ e ‘em’ e cujos traços semânticos são de ordem variada (*locativo, direcional, situacional, instrumento* etc.). Incluem-se também SPs com traços *Alvo/Meta*. Os complementos oblíquos não aceitam a substituição pelo clítico ‘lhe’, conforme mencionado anteriormente.

No belenense culto, a complementação oblíqua pode ser vista por meio da marcação de um argumento verbal preposicionado. A preposição menos marcada (a mais comum) é ‘para’,

o que corrobora a literatura sobre a marcação de OI em PB – conforme Figueiredo Silva (2007), Torres Morais & Berlinck (2006, 2007), etc. Observe os exemplos a seguir:

(17) havia um zumzumzum na cidade de que essa maré talvez criasse uma série de problemas *para a obra do Portal da Amazônia...*

Na sentença (17) não se detalha a encaixada que funciona como sujeito do núcleo funcional. O predicador ‘criar’ é do tipo que seleciona três lugares. Nesta construção, os argumentos internos selecionados são um SD – *Tema* ‘uma série de problemas e o SP ‘para a obra do portal...’ do tipo [-animado]. O SP não é um complemento dativo, mas oblíquo e selecionado pela preposição ‘para’.

(20) [Passe o financiamento *pro nome da pessoa*] que adquiriu que já devia ter feito isso há mais tempo.

Na sentença (20) a CO ocorre com o predicador de três lugares ‘passar’, que seleciona um argumento externo *Agente*, SD nulo, um argumento interno *Tema*, SD ‘o financiamento’ e um SP *Meta* do tipo [-animado] ‘pro nome da pessoa’.

(21) [apresentador] Então a justiça solicita... [o RC (Instituto Renato Chaves) passa [Ø] *para a UFPA* pra realizar o exame?]

Na CO em (21), o SD com papel temático *Tema* é nulo e ocorrem dois SPs, um selecionado pelo predicador ‘passar’ como argumento interno, o SP *Meta* ‘Para a UFPA’, o outro um SP adjunto que introduz uma oração infinitiva ‘pra realizar o exame’, projetada em duplicação a Sv.

(22) ...nós somos os maiores produtores de pescado do país mas todo ano é a mesma novela... falta peixe... ou o preço aumenta... [levaram o nosso peixe *pro nordeste*]... e isso o tempo passa e nada é resolvido secretária... o que que a gente vai fazer agora?

Na sentença (22) a CO se dá com o complemento SP com traço semântico *locativo*.

(23) fizemos as parcerias com a UFPA e com outras faculdades e [nós conseguimos eh... na verdade... doar este ano alguns corpos...[Øoi]] então a gente ta organizando isso né...

Na sentença (23), a CO não é expressa – ela é do tipo ‘nula’. O predicador ‘doar’ é do tipo que seleciona três argumentos: o argumento externo SD – *Agente* ‘nós’, o argumento interno, SD – *Tema* ‘alguns corpos’ e um SP nulo, provavelmente um *Locativo* (‘UFPA’ ou ‘outras faculdades’ – (como se pode conferir nas sentenças anteriores, no mesmo período).

O complemento oblíquo nulo da sentença (23) é do tipo [-animado]. Essa ocorrência é interessante, pois corrobora as afirmações de (Cyrino, Duarte e Kato, 2000, p. 59) sobre a ‘hierarquia da referencialidade’ em que objetos [+referenciais (ou +animados)] tendem a ser mais preenchidos e, em contrapartida, os [-referenciais (ou -animados)] tendem a ser menos preenchidos. Logo, a sentença (23) corrobora o que vem sendo atestado para o PB.

A ocorrência da preposição ‘para’ nas sentenças acima registra um uso interessante, pois, ao que parece, ela é a preposição não marcada e, por isso, é utilizada tanto para introduzir complementos oblíquos de construções semânticas distintas (*locativo, beneficiário, meta, direcional*, etc.) quanto orações encaixadas com traço semântico de *finalidade* e complementos dativos (com SP [+animado]).

#### 6.6. Quanto à mudança da preposição ‘a’ por ‘para’

Conforme mencionado nos estudos de Berlinck & Torres Moraes (2006, 2007), uma das reanálises correntes na expressão do dativo em PB é a substituição da preposição ‘a’ por ‘para’. As autoras atribuem a isso a perda da expressão morfológica do dativo no PB. Enquanto no PE o argumento dativo é expresso pela preposição a + SD (a-DP) em que a preposição ‘a’ é um item funcional, esvaziada de sentido. As autoras argumentam que, em PB, a mudança para a preposição ‘para’ [+lexical], resulta na perda do Caso dativo ou a perda da expressão morfológica dativa.

Nos dados analisados constatou-se uma forte presença da preposição ‘a’, embora a preposição ‘para’ seja bem produtiva nos dados. Predicadores como *doar, abrir, mostrar, falar, servir, vender, passar, colocar, dizer*, ocorreram com a preposição ‘para’; já os predicadores *agradecer, levar, possibilitar, atender, pedir, cumprimentar* ocorreram com a preposição ‘a’. No entanto, vários predicadores ocorreram tanto com ‘a’ quanto com ‘para’, como: *dar, oferecer, fazer*, etc. A análise dos dados aponta, portanto, para uma variação do uso das preposições com uma forte tendência à conservação de ‘a’. Logo, os dados analisados não corroboram completamente a não produtividade da preposição dativa ‘a’ no PB falado em Belém, como se atesta na literatura. Embora ‘a’ seja substituído, em muitos dos exemplos analisados, por ‘para’, a preposição ‘a’ dativa é atestada com bastante frequência.

Gomes (2003) constata, em relação ao uso das preposições no PB, que ‘a’ tende a introduzir argumentos [-animados], enquanto ‘para’ introduz argumentos [+animados]. Muitas ocorrências nos dados analisados corroboram essa informação, como se observam, numa

pequena amostra, com os exemplos com os predicadores ‘dar’ e ‘servir’, abaixo (a preposição ‘a’ introduz argumentos dativos [-animados]):

(24) eh... não pode colocar realmente... *dar* um lado pejorativo *à agressividade*.

(25). [...] Que esse eixo... esse corredor vamos dizer assim... de produção não *sirva a* apenas *a exportação* dos nossos produtos..

## 7. Considerações finais

Na seção 1 deste texto lancei alguns questionamentos quanto à variação constatada entre o PE e PB relativamente ao emprego dos verbos bitransitivos. Um deles, dizia respeito ao uso das preposições ‘a’ e ‘para’, se é possível afirmar que a variação constatada pode levar a uma mudança sintática no PB e de que forma?

O segundo questionamento, quanto ao estatuto da preposição que encabeça o complemento dativo, obrigatoriamente funcional no PE, mas (normalmente) lexical no PB (com o uso de *para*), se ainda se permite classificar o mesmo complemento em PB como dativo prototípico? E finalmente, por que não tratar os complementos dativos do PB como oblíquos, de modo geral?

Respondendo a esses questionamentos, como se pôde ver com a análise dos dados, a expressão do dativo na variedade de português culto falada em Belém, assim como no PB, de modo geral, distancia-se do PE tanto em relação ao emprego do clítico ‘lhe’, quanto ao uso dos pronomes tônicos preposicionados e também quanto à possibilidade do uso alternado das preposições ‘a’ e ‘para’. Assim, os dados de Belém corroboram, ao menos em parte, a hipótese, categórica, que vem sendo feita sobre o PB, de modo geral: a hipótese de que o ‘lhe’ dativo não faz mais parte da gramática dos brasileiros. Em Belém, atestou-se, em dados do português culto falado, uma produtividade mínima do ‘lhe’ dativo como se viu em (6.3) ‘*Construções com lhe dativo*’ – ver exemplos (11) a (14). Atestou-se, também, o uso de ‘lhe’ acusativo, conforme vem ocorrendo nas demais regiões do Brasil, o que aponta para um processo de recategorização do ‘lhe’ também por falantes de Belém. De modo geral, o uso de dativos pronominalizados em 3a. pessoa é feito, normalmente, com os pronomes tônicos seguidos das preposições ‘a’ e/ou ‘para’.

No português falado em Belém verificou-se a presença das 4 estratégias de uso do complemento dativo: (i) clítico, (ii) categoria vazia, (iii) sintagma preposicionado com pronome tônico (*a ele(a)/ para ele(a)*) e (iv) sintagma preposicionado com SN pleno.

Voltando ao uso da preposição ‘a’ dativa, atestada nos dados, observa-se a sua utilização preferencial em casos em que há movimento e transferência material e o dativo é marcado pelo traço [+animado], como se vêem nos exemplos (01) a (05). Mas a preposição ‘a’ dativa também ocorre em casos em que não há transferência material e o SP possui traço [-animado].

Finalmente, os dados não confirmam integralmente o que vem sendo dito sobre o uso de ‘para’ em vez de ‘a’, pois, como se viu o falante de Belém, em contextos de maior formalidade, utiliza tanto ‘a’ quanto ‘para’; já quanto ao clítico ‘lhe’, se pode dizer que a análise dos dados no PB culto falado em Belém, corrobora a hipótese de seu desaparecimento (como dativo) e confirma o aumento de seu uso como acusativo. Logo, não se pode dizer que esteja ocorrendo uma perda do ‘lhe’ na gramática dos brasileiros, mas sim uma recategorização deste pronome.

Por fim, quanto à pertinência em se manter a dicotomia dativo vs. complemento (objeto) oblíquo no PB, pode-se argumentar em duas direções: (i) a perda da marcação funcional do dativo, exclusiva à preposição ‘a’ bem como o uso de formas pronominais tônicas (*a/para ele(a)*) são fortes argumentos em favor da universalização do complemento oblíquo para o PB; no entanto (ii) há que se considerar que as formas pronominais clíticas dativas referentes à primeira e à segunda pessoa (*me, te*) são largamente utilizadas no PB, além de os traços como [+/-animado] e *meta/fonte* marcarem semanticamente os complementos preposicionados dativos também em português brasileiro.

### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 44<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2009.
- BERLINCK, R. de A. The Portuguese Dative. In: VAN BELLE, W & VAN LANGENDONCK, W. *The Dative*. Amsterdam: John Benjamins. (Descriptive Studies, 1). p. 119-151, 1996.
- CAMPOS, Ednalvo Apóstolo. *O dativo de terceira pessoa no português culto falado em Belém*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2010.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CYRINO, Sonia M., DUARTE, M. E. L., KATO, Mary A. Visible subjects and invisible clitics. In KATO, M. & NEGRÃO, E.V. (orgs). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt am Main, Vervuert/ Madrid, Iberoamericana. p. 55-74, 2000.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. A perda do marcador dativo e algumas de suas consequências. In CASTILHO, Ataliba T. *et alii* (Orgs.). *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. São Paulo: Fapesp, Campinas: Pontes Editores, p. 85 a 110, 2007.

FREIRE, Gilson Costa. *A realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana*. Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2005.

GOMES, Christina Abreu. Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In PAIVA, M. da C. de & DUARTE, M. E. L. (Orgs.) *Mudança Linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 81-96, 2003.

MATEUS, Maria Helena Mira *et alii*. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5a. ed. Lisboa: Editora Caminho, 2003.

PAGOTTO, E. Crioulo sim, crioulo não uma agenda de problemas. In. CASTILHO, A. T. *et alii* (Orgs.). *Descrição, História e Aquisição do português Brasileiro*. São Paulo: Fapesp, Campinas: Pontes Editores, p. 461 a 482, 2007.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 46ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 2007.

TORRES MORAIS, M. A. C. & BERLINCK, Rosane de A. A Caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos. In LOBO, T. *et alii*. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Salvador: EDUFBA (Novos dados, Novas Análises, 60, p. 73-105), 2006.

\_\_\_\_\_ BERLICK, Rosane A. “Eu disse pra ele” ou “Disse-lhe a ele”: a expressão do dativo nas variedades brasileira e européia do português. In CASTILHO, A. T. *et alii* (Org.) *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. São Paulo: Fapesp, Campinas: Pontes Editores, p. 61 a 83, 2007.

TORRES MORAIS, M. A. C. O dativo de posse no português. In Gladis Massini Cagliari (Org.) *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: Fonologia, Morfologia, Sintaxe*. São Paulo: Cultura acadêmica, v. 12, p. 211-235, 2007.

\_\_\_\_\_ & RIBEIRO, Ilza. *Contraste da sintaxe dos clíticos no português europeu e português brasileiro*. Linha D’água. nº 17. São Paulo: Humanitas, p. 21-48, 2005.

Artigo recebido em: 20/08/16

Artigo aceito em: 29/08/16